

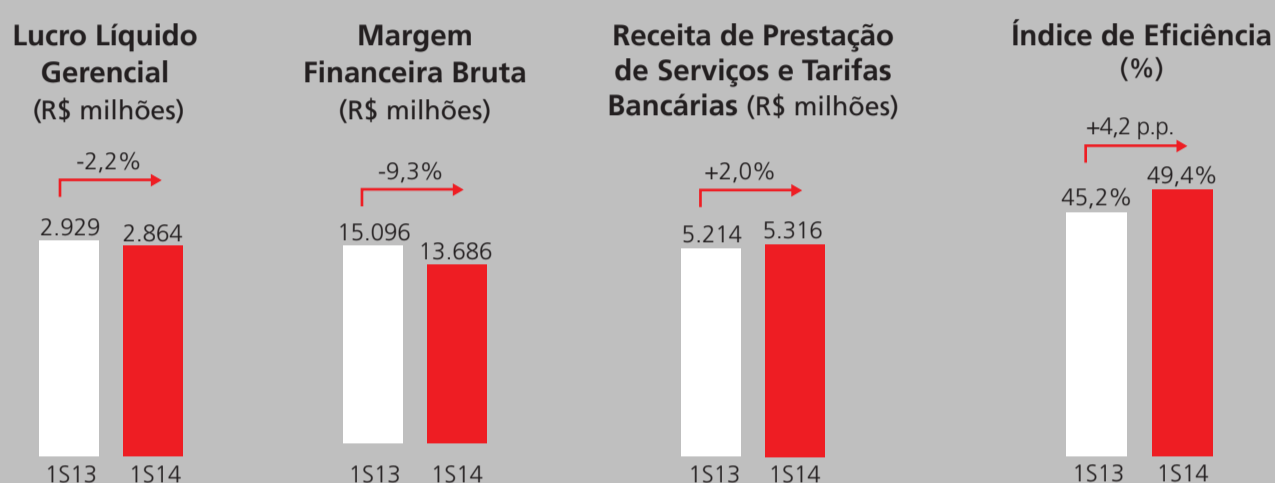
O Banco Santander Brasil é um banco universal cuja orientação está voltada para as atividades do varejo. Buscamos expandir nossos negócios por meio de: 1) Preferência e Vinculação: produtos e serviços segmentados, simples e eficazes, que através de uma plataforma multicanal, buscam maximizar a satisfação de nossos clientes; 2) Recorrência e Sustentabilidade: crescimento dos negócios com maior diversificação de receitas e gestão rigorosa de risco; 3) Produtividade: intensa agenda de transformação produtiva alinhada com a transformação da indústria financeira; 4) Disciplina de Capital e Liquidez: para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.

Além disso, outro fato que merece destaque é a atuação do Santander Brasil em sustentabilidade, que segue pautada nos três pilares fundamentais: Inclusão Social e Financeira, Educação e Gestão e Negócios Socioambientais. No programa de Microcrédito, o Santander ocupa uma posição de destaque entre os bancos privados.

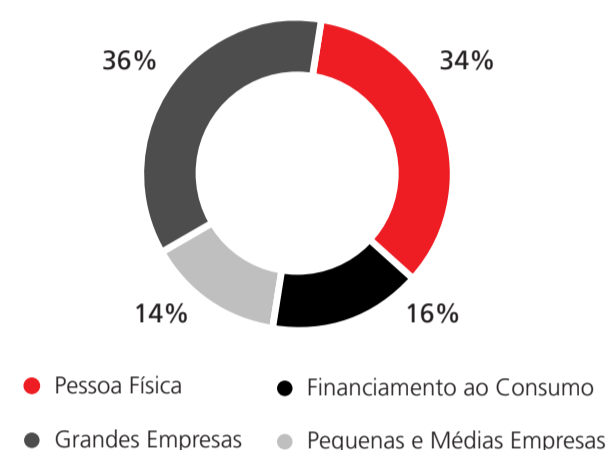
Outro aspecto importante da estratégia do Santander Brasil é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez e cobertura. Ao final de junho de 2014, o índice de Basileia do Santander alcançou 17,9%, o que o posiciona como o banco mais capitalizado entre os grandes bancos de varejo no Brasil. Como exemplo disso, pelo segundo ano consecutivo o Santander Brasil foi considerado pela Bloomberg o banco mais sólido da América do Sul. Esse ranking considera cinco critérios de performance econômica, entre eles capital e liquidez.

Ademais, é importante destacar que o modelo de negócios do Santander prevê que cada unidade subsidiária seja auto-suficiente em termos de funding e capital. O Santander Brasil só tem atividades comerciais com clientes brasileiros e empresas estrangeiras com atividade no país e, com isso, se propõe a participar de maneira ativa da manutenção do crescimento econômico do país.

### Destaques do Período (BR GAAP)



### Carteira de Crédito (%) Junho/2014 (Distribuição por segmento)



### Análise Gerencial' BR GAAP

	1S14	1S13	Var. 1S14x1S13	Var. 2T14x1T14
<b>RESULTADOS (R\$ milhões)</b>				
Margem Financeira Bruta	13.686	15.096	-9,3%	-4,5%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	5.316	5.214	2,0%	1,9%
Resultado da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.797)	(6.573)	-27,0%	4,5%
Despesas Gerais <sup>2</sup>	(8.006)	(7.883)	1,6%	1,5%
<b>Lucro Líquido Gerencial<sup>3</sup></b>	<b>2.864</b>	<b>2.929</b>	<b>-2,2%</b>	<b>0,6%</b>
<b>Lucro Líquido Societário</b>	<b>1.046</b>	<b>1.110</b>	<b>-5,8%</b>	<b>1,8%</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)</b>				
Ativo total	494.200	468.050	5,6%	-0,1%
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	103.862	77.534	34,0%	7,9%
Carteira de crédito	226.299	218.053	3,8%	1,0%
- Pessoa física	75.873	72.258	5,0%	0,4%
- Financiamento ao consumo	36.851	37.021	-0,5%	-1,5%
- Pequenas e médias empresas	31.264	35.582	-12,1%	-1,9%
- Grandes empresas	82.312	73.192	12,5%	4,1%
Carteira de crédito ampliada <sup>4</sup>	279.722	266.730	4,9%	1,6%
Captação de clientes <sup>5</sup>	230.575	204.887	12,5%	3,2%
Patrimônio líquido final <sup>6</sup>	50.417	52.776	-4,5%	3,5%

	1S14	1S13	Var. 1S14x1S13	Var. 2T14x1T14
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO (%)</b>				
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio <sup>6</sup> - anualizado	11,3%	11,4%	-0,1 p.p.	0,4 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio excluindo ágio <sup>6</sup> - anualizado	1,2%	1,3%	-0,1 p.p.	0,0 p.p.
Índice de Eficiência <sup>7</sup>	49,4%	45,2%	4,2 p.p.	0,2 p.p.
Índice de Recorrência <sup>8</sup>	66,4%	66,1%	0,3 p.p.	0,3 p.p.
Índice de Cobertura <sup>9</sup>	17,9%	21,5%	-3,6 p.p.	-0,4 p.p.
<b>INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)</b>				
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	4,1%	5,2%	-1,1 p.p.	0,3 p.p.
Índice de Inadimplência (acima de 60 dias)	5,2%	6,2%	-1,0 p.p.	0,4 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	158,5%	132,1%	26,5 p.p.	-18,1 p.p.
<b>OUTROS DADOS</b>				
Fundos <sup>10</sup> (R\$ milhões)	154.183	144.413	6,8%	3,2%
Nº de Cartões de Crédito e Débito (mil)	55.703	50.207	10,9%	1,8%
Agências	2.237	2.393	(156)	(18)
PABs	1.212	1.322	(110)	(8)
Caixas eletrônicos -próprios <sup>11</sup>	15.858	17.528	(1.670)	(621)
Caixas eletrônicos - compartilhados (Banco 24H)	16.950	14.387	2.563	718
Total de Clientes (mil)	30.353	28.418	1.935	296
Funcionários	48.760	51.702	(2.942)	109

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio. Despesa de pessoal inclui PLR.

3. Lucro Líquido Gerencial corresponde ao lucro líquido societário mais 100% da reversão da despesa de amortização do ágio, ocorrida no período. A despesa de amortização do ágio foi de R\$ 1.818 milhões, tanto no 1S14 como no 1S13, e de R\$ 909 milhões no 2T14 e 1T14.

4. Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças).

5. Inclui Poupança, Depósitos à vista, Depósitos a prazo, Debêntures, LCA, LCI e Letras Financeiras.

6. Exclui 100% do saldo do ágio (líquido de amortização), que no 2T14 foi R\$ 7.586 milhões, 2T13 R\$ 11.187 milhões e 1T14 foi R\$ 8.495 milhões.

7. Eficiência: Despesas Gerais/(Margem Financeira Bruta + Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias + Despesas Tributárias + Outras Receitas/Despesas Operacionais).

8. Recorrência: (Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias) / Despesas gerais.

9. Índice segundo critério do Banco Central.

10. De acordo com o critério da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

11. A redução observada nos caixas eletrônicos decorre, principalmente, do novo acordo de compartilhamento de caixas eletrônicos.

### Desenvolvimento Sustentável

Sustentabilidade para o Santander é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que se concretiza com a inserção do tema em nosso modelo de atuação, fomentando a inclusão social e financeira, investindo na melhoria da educação e fazendo negócios que promovam resultados para o banco e para todos. Este compromisso, a estratégia e as iniciativas de sustentabilidade do Santander levaram o banco a integrar em três índices de referência para investimentos socialmente responsáveis: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F Bovespa (pelo quarto ano consecutivo), o Índice Carbono Eficiente (ICO2), também da BM&F Bovespa, que é baseado na carteira do IBRX-50 e leva em consideração as emissões de gases de efeito estufa (GEE) das empresas, e o Global Compact 100, um índice que reúne ações de empresas comprometidas com os dez princípios do Pacto Global da ONU. Também fomos reconhecidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na quarta edição do Prêmio BeyondBanking com o Programa Reduza e Compense CO2. O prêmio foi concedido na categoria PlanetBanking e reconhece os melhores projetos em sustentabilidade de instituições do setor financeiro em toda a América Latina. O Reduza e Compense CO2 é uma iniciativa pioneira no mercado, que integra negócios socioambientais e o protagonismo individual no combate às mudanças climáticas.

Para mais informações acesse:

<http://www.santander.com.br/sustentabilidade>



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

As áreas corporativas responsáveis pelos Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, que asseguram um modelo de gestão adequado que visa a identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a prevenção aos riscos operacionais e tecnológicos e a gestão da continuidade de negócios que fortalecem o sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basileia - BIS II e exigências da Lei Sarbanes-Oxley. Este modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha que são fundamentadas no Enterprise Risk Management do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Os procedimentos desenvolvidos e adotados tem o objetivo de posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras com as melhores práticas de gerenciamento dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez, sustentabilidade e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade pela melhoria contínua da cultura e estrutura da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, visando assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2013, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, foi concluída em abril de 2014 e não identificou qualquer deficiência significativa ou fraqueza material.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle interno, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo dos seis meses decorridos de 2014, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2014.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco de cada área, considerando seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo dos seis meses de 2014, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2014, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

**8) Pessoas**  
Para o Banco Santander, conquistar a preferência de seus clientes é essencial para a valorização da sua principal força: as Pessoas. Os funcionários são o elo mais forte da Organização com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas e processos de gestão para que eles sintam-se cada vez mais motivados e realizem todo o seu potencial.

O Banco Santander busca que seus profissionais se identifiquem com a Organização e compartilhem de seus valores, e acredita que a dedicação de todos é fundamental para consolidar e disseminar seus diferenciais. Por isso, além de oferecer e estimular um ambiente participativo e colaborativo, prepara suas equipes para que tenham possibilidades diversas de desenvolvimento e carreira. Por meio de programas e oportunidades locais e internacionais, permite que suas Pessoas tenham um olhar abrangente de suas oportunidades e desafios.

Os diferenciais do Banco Santander para apoiar suas Pessoas em seu crescimento pessoal e profissional:

- **Oportunidade de Carreira e Reconhecimento:** prepara seus funcionários e estagiários para que tenham possibilidades diversas de crescimento e carreira. Oferece programas de desenvolvimento locais e internacionais, incentivando a mobilidade entre áreas e países. Identifica evolução de cada um por meio de processos de avaliação transparentes e objetivos;

- **Valorização das Pessoas:** valoriza suas Pessoas além da dimensão profissional, reconhecendo também suas necessidades familiares e sociais. Oferece oportunidades e benefícios que olham o indivíduo de forma integral, como o Programa de Apoio Pessoal Especializado (PAPE), além de soluções segmentadas, visando uma vida melhor com a família, no trabalho e na sociedade;

- **Desenvolvimento Contínuo dos Gestores:** os Gestores do Banco Santander são o elo mais forte entre a Organização e seus profissionais. Por isso, contam com programas de desenvolvimento contínuos para garantir que estejam alinhados com a estratégia e o propósito do Banco, e que inspirem e

desenvolvam suas equipes para buscar um alto desempenho, com resultados para os acionistas, clientes, funcionários e a sociedade;

- **Incentivo à Inovação:** estímulo para que seus profissionais ochem sempre para a frente, tentando engerar novos horizontes, para atender o cliente e gerar eficiência. No dia a dia, há compartilhamento das melhores práticas e acredita-se no valor das ideias;

- **Ambiente Participativo e Colaborativo:** há espaço para que as Pessoas questionem, discutam e sugiram novos jeitos de fazer as coisas, de forma participativa e colaborativa, em um ambiente multicultural e com multiplicações. Os relacionamentos do Banco Santander são firmados na transparência e na confiança para inspirar o trabalho em equipe e o orgulho. Dessa forma, todos se desenvolvem, as equipes se integram e o Banco Santander inova e evolui; e

- **Fazer parte de uma Empresa de Prestigio:** com uma proposta diferenciada como empregador, uma equipe talentosa com os melhores profissionais do mercado e uma marca cada vez mais forte, o Banco Santander tem muitos motivos para se orgulhar. Tradição internacional, atuação global e reconhecimento local consolidam seus 155 anos de história, 190 mil funcionários no mundo, sendo 49 mil só no Brasil, e mais de 100 milhões de Clientes.

**9) Desenvolvimento Sustentável**  
Em 25 de abril, o Bacen publicou a Resolução 4.327, que estabelece a implementação de uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Santander já adota uma série de práticas estabelecidas pela Resolução e está trabalhando em um plano de ação para atendimento integral à nova regulamentação, de acordo com o cronograma disposto na referida Resolução. Estas práticas podem ser conhecidas no Relatório Anual relativo ao desempenho dos negócios no ano de 2013. A nova edição segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) G4 para relatórios de sustentabilidade, na modalidade abrangente, auditado por verificação externa.

Em maio, o Banco foi citado pela IstoÉ Dinheiro como uma das "50 empresas do bem", com destaque para as iniciativas de mobilidade urbana, adotadas na Torre Santander.

**10) Auditoria Independente**  
O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no período findo de 30 de junho de 2014, não foram contratados da Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

**Conselho de Administração**  
**A Diretoria Executiva**  
(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 30/07/2014).

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>27.337.913</b>	<b>25.484.351</b>	
Operações de Crédito		14.468.868	16.612.048	
Operações de Arrendamento Mercantil		-	2.853	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	9.659.913	7.838.409	
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		646.685	(241.471)	
Resultado de Operações com Câmbio		870.444	267.381	
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		5.880	34.068	
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.686.123	971.663	
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(18.930.769)</b>	<b>(19.994.260)</b>	
Operações de Captação no Mercado	17.d	587.421	(11.626.478)	
Operações de Empréstimos e Repasses		932.778	(1.830.883)	
Operações de Arrendamento Mercantil		(566)	-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.269.981)	(6.536.899)	
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>8.407.144</b>	<b>5.490.910</b>	
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(5.948.421)</b>	<b>(5.911.692)</b>	
Receitas de Prestação de Serviços	26	3.503.782	3.394.569	
Rendas de Tarifas Bancárias	26	1.174.921	1.194.206	
Despesas de Pessoal	27	(2.820.959)	(2.852.215)	
Outras Despesas Administrativas	28	(5.990.082)	(5.918.540)	
Despesas Tributárias	29	(1.437.508)	(1.143.462)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	587.421	512.761	
Outras Receitas Operacionais	30	1.220.831	844.237	
Outras Despesas Operacionais	31	(2.186.827)	(1.943.068)	
<b>Resultado Operacional</b>		<b>2.458.723</b>	<b>(421.601)</b>	
<b>Resultado não Operacional</b>		<b>32</b>	<b>46.738</b>	<b>78.554</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>2.505.461</b>	<b>(343.047)</b>	
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>33</b>	<b>(939.972)</b>	<b>1.542.756</b>	
Provisão para Imposto de Renda		(528.256)	5.158	
Provisão para Contribuição Social		(297.721)	-	
Ativo Fiscal Diferido		(113.995)	1.537.598	
<b>Participações no Lucro</b>		<b>(524.896)</b>	<b>(431.636)</b>	
<b>Lucro Líquido</b>		<b>1.040.593</b>	<b>768.073</b>	
Nº de Ações (Mil)	23.a	7.550.148	7.580.921	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		137,82	101,32	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido</b>		<b>1.040.593</b>	<b>768.073</b>	
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>9.767.876</b>	<b>9.196.198</b>	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	5.269.981	6.536.899	
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		2.067.676	1.250.931	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		212.715	(580.501)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(587.421)	(512.761)	
Depreciações e Amortizações	28	2.679.011	2.724.440	
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em				
Outros Valores e Bens	32	(958)	(90.756)	
Resultado na Alienação de Valores e Bens	32	(28.919)	(117.851)	
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	31	1.271	95.949	
Outros		154.520	(110.152)	
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(24.268.115)</b>	<b>(14.553.688)</b>	
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(2.666.032)	(6.482.979)	
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(31.902.927)	(5.576.293)	
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		731	(4.443.436)	(11.686.661)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		6.293.786	1.756.933	
Redução (Aumento) em Outros Créditos		8.273.433	(5.755.493)	
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(15.023)	(275.379)	
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(11.209.407)	(1.169.408)	
Aumento (Redução) em Depósitos		15.940.975	(7.234.561)	
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		2.994.470	15.251.019	
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		876.479	1.114.726	
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(5.030.641)	6.031.857	
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		20.208	29.564	
Imposto Pago		-	(557.013)	
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>		<b>(13.459.646)</b>	<b>(4.589.417)</b>	
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de Investimentos		(94.093)	(160.137)	
Aquisição de Imobilizado de Uso		(194.157)	(541.481)	
Aplicações no Intangível		(219.672)	(199.278)	
Caixa Líquido Recebido na Alienação/Redução de Investimentos	14	6.303	3.948.332	
Alienação de Bens não de Uso Próprio		62.878	15.935	
Alienação de Imobilizado de Uso		8.320	87.317	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		320.966	63.257	
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>(109.455)</b>	<b>3.213.945</b>	
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Reestruturação do Capital		23.f	(6.000.000)	-
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		23.f	6.000.000	-
Aquisição de Ações de Emissão Própria	23.d & f	-	(73.799)	(24.484)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		22.949.639	26.168.463	
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(25.140.715)	(21.319.404)	
Pagamentos de Dívidas Subordinadas		(509.836)	-	
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(60.331)	-	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.453.723)	(1.143.448)	
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento</b>		<b>(4.288.765)</b>	<b>3.681.527</b>	
<b>Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(17.857.866)</b>	<b>2.306.555</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>4</b>	<b>36.803.310</b>	<b>18.301.855</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	<b>4</b>	<b>18.945.444</b>	<b>20.607.910</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013	
Receitas da Intermediação Financeira		27.337.913	25.484.351		
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	26	4.678.703	4.588.595		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.269.981)	(6.536.899)		
Outras Receitas e Despesas		(917.987)	613.270		
Despesas da Intermediação Financeira	(13.660.788)	(13.457.361)			
Insumos de Terceiros	(2.962.495)	(2.938.095)			
Material, Energia e Outros	(121.426)	(130.998)			
Serviços de Terceiros	28	(1.023.114)	(927.305)		
Perda/Recuperação de Valores Ativos	31	(1.271)	(95.949)		
Outros	(1.816.684)	(1.783.843)			
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>9.205.365</b>	<b>7.753.861</b>		
Retenções					
Depreciações e Amortizações	28	(2.678.011)	(2.724.440)		
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>		<b>6.526.354</b>	<b>5.029.421</b>		
Valor Adicionado Recebido em Transferência					
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	587.421	512.761		
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>		<b>7.113.775</b>	<b>5.542.182</b>		
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>					
Pessoal		2.935.482	41,3%	2.874.355	51,8%
Remuneração	27	1.638.447		1.641.188	
Benefícios	27	544.057		536.945	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		157.786		127.829	
Outras		595.192		568.393	
Impostos, Taxas e Contribuições		2.787.853	39,2%	1.547.800	27,9%
Federais		2.588.209		1.352.022	
Estaduais		602		296	
Municipais		199.042		195.482	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	28	349.847	4,9%	351.954	6,4%
Remuneração de Capitais Próprios		1.040.593	14,6%	768.073	13,9%
Dividendos		520.193		-	
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-		300.000	
Reinvestimentos de Lucros		520.400		468.073	
<b>Total</b>		<b>7.113.775</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.542.182</b>	<b>100,0%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2014	30/06/2013		Nota Explicativa	30/06/2014	30/06/2013
<b>Ativo Circulante</b>		<b>282.392.291</b>	<b>265.138.473</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>321.174.417</b>	<b>279.548.394</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>4.670.666</b>	<b>4.437.335</b>	<b>Depósitos</b>	<b>17.a</b>	<b>116.670.596</b>	<b>95.452.156</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>51.287.476</b>	<b>62.877.791</b>	Depósitos à Vista		14.959.503	13.619.955
Aplicações no Mercado Aberto		21.114.874	28.695.443	Depósitos de Poupança		35.778.901	29.293.118
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		21.524.924	23.917.884	Depósitos Interfinanceiros		35.053.203	24.837.064
Aplicações em Moedas Estrangeiras		8.647.678	10.264.464	Depósitos a Prazo		30.878.989	27.702.019
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros</b>	</						

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As demonstrações financeiras consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram eliminadas a participação societária, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país e a dependência no exterior.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 30 de julho de 2014.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (atual denominação do IFRIC) (IFRS) do período findo em 30 de junho de 2014 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

### 3. Principais Práticas Contábeis

#### a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

#### b) Moeda Funcional

##### Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

#### c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.063/2001.

#### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

#### e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos disponíveis até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade de manter os títulos em carteira até o vencimento.

Na categoria títulos mantidos para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

#### f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

#### g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentarem atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 5 anos) são baixadas quando completam até 540 dias de atraso. A operação de crédito é registrada em receita ou despesa, apresentando o balanço superior a 15 dias, portanto sendo as demais informadas como créditos normais. Referida alteração produz efeito retroativo na apresentação da Nota 8, e, sendo que a mesma não produz efeitos no balanço patrimonial ou demonstração do resultado.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ser seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco alterou a apresentação do saldo correspondente aos créditos normais e anormais, onde até 30 de setembro de 2013 todas as operações que resultavam de um processo de renegociação eram apresentadas como créditos anormais. A partir do primeiro trimestre de 2014, passaram a ser consideradas como créditos normais somente aquelas operações decorrentes de um processo de renegociação que, na data do balanço, apresentem atraso superior a 15 dias, portanto sendo as demais informadas como créditos normais. Referida alteração produz efeito retroativo na apresentação da Nota 8, e, sendo que a mesma não produz efeitos no balanço patrimonial ou demonstração do resultado.

#### h) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em doação de pagamento. Ativos não-correntes mantidos para venda e a bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao fair value menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

#### i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

#### j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

#### k) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

#### l) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e investimentos em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

#### m) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

O ágio de incorporação e sua respectiva conta redutora, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporadora, quando aplicável, são amortizados em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, bônus, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

#### n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

#### o) Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

#### p) Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 34. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

#### q) Principais Definições

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

- Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal (Nota 31).

- Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

#### r) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco. Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do Redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RRORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

#### s) Liquidação em Ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Na contagem de benefícios de mercado para cada plano quando estimar o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas com um custo financeiro (Nota 17.4).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção aqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes à esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descritos nas Notas 20 e 23.1.

#### t) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com razoável segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 22.8).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há divulgações nas notas ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

**o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**  
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

**p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
O ônus do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.6, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Banco Santander na reunião realizada em 30 de julho de 2014.

#### q) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

#### r) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013	31/12/2012
<b>Disponibilidades</b>	<b>4.670.666</b>	<b>5.290.047</b>	<b>4.437.335</b>	<b>4.653.214</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>16.174.778</b>	<b>13.312.263</b>	<b>16.170.575</b>	<b>13.648.641</b>
Aplicações no Mercado Aberto	5.051.213	19.659.627	5.821.130	4.273.832
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	575.887	369.975	524.791	486.036
Aplicações em Moedas Estrangeiras	8.647.678	11.483.826	9.824.654	8.888.773
<b>Total</b>	<b>18.945.444</b>	<b>36.803.310</b>	<b>20.607.910</b>	<b>18.301.855</b>

### 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2014	30/06/2013	
<b>Até 3 Meses</b>	<b>De 3 a 12 Meses</b>	<b>Acima de 12 Meses</b>	<b>Total</b>
<b>19.693.313</b>	<b>1.421.561</b>	-	<b>21.114.874</b>
<b>6.838.570</b>	<b>536.135</b>	-	<b>7.374.705</b>
1.308.408	259.930	-	1.568.338
5.530.162	276.205	-	5.806.367
<b>2.999.995</b>	-	-	<b>2.999.995</b>
1.939.999	-	-	1.939.999
999.996	-	-	999.996
<b>9.854.748</b>	<b>885.426</b>	-	<b>10.740.174</b>
2.927.596	279.957	-	3.207.553
6.927.152	605.469	-	7.532.621
<b>3.820.873</b>	<b>17.704.051</b>	<b>10.060.692</b>	<b>31.585.616</b>
<b>8.647.678</b>	-	-	<b>8.647.678</b>
<b>Total</b>	<b>19.125.612</b>	<b>10.060.692</b>	<b>61.348.168</b>
<b>Circulante</b>	<b>15.287.476</b>	<b>10.060.692</b>	<b>62.877.791</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>3.838.136</b>	-	<b>11.665.439</b>

### 6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

#### a) Títulos e Valores Mobiliários

##### i) Resumo da Carteira por Categorias

	30/06/2014	30/06/2013
<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>41.822.328</b>	<b>38.679.714</b>
<b>Ajuste a Mercado Refletido no Resultado</b>	<b>18.480</b>	<b>16.856</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>367.506</b>	<b>510.486</b>
<b>Valor Contábil</b>	<b>41.840.808</b>	<b>38.679.714</b>
<b>Valor Contábil</b>	<b>28.123.322</b>	<b>25.119.017</b>

	30/06/2014	30/06/2013
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>19.693.313</b>	<b>18.301.855</b>
Títulos Públicos	38.662.858	16.856
Títulos Privados	3.159.470	1.624
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>94.655.196</b>	<b>48.370</b>
Títulos Públicos	36.765.245	510.486
Títulos Privados	57.889.951	48.370
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>179</b>	<b>-</b>
Títulos Públicos	179</	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

### V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Rendas de Títulos de Renda Fixa  
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez  
Resultado de Títulos de Renda Variável  
Outros <sup>(1)</sup>

**Total**

<sup>(1)</sup> Corresponde, principalmente, a rendas com fundos de investimentos e participações.

### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

#### I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

30/06/2014			30/06/2013		
Negociação			Negociação		
Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
<b>"Swap"</b>	<b>1.171.538</b>	<b>1.694.258</b>	<b>1.068.397</b>	<b>1.068.397</b>	<b>1.068.397</b>
<b>Ativo</b>	<b>215.340.889</b>	<b>27.125.828</b>	<b>124.459.265</b>	<b>16.948.850</b>	<b>18.110.466</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	52.808.308	14.488.444	38.518.244	9.659.501	10.666.896
Taxa de Juros Pré - Reais <sup>(2)</sup>	23.142.674	11.044.720	11.700.797	13.870.795	7.254.798
Indexados em Índices de Preços e Juros	21.117.002	1.569.554	15.147.346	15.147.346	-
Moeda Estrangeira	118.227.582	-	56.847.397	-	-
Outros	45.323	23.110	75.483	34.551	37.626
<b>Passivo</b>	<b>214.169.351</b>	<b>(25.954.290)</b>	<b>(26.289.230)</b>	<b>(14.199.174)</b>	<b>(17.042.069)</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	38.319.864	-	28.858.743	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	12.097.954	-	6.615.997	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	19.547.448	-	18.684.800	(3.537.454)	(4.044.037)
Moeda Estrangeira <sup>(3)</sup>	144.181.872	(25.954.290)	69.998.702	(13.151.305)	(12.998.032)
Outros	22.213	-	40.932	-	-
<b>Opções</b>	<b>278.306.105</b>	<b>(8.077)</b>	<b>216.565</b>	<b>(138.766)</b>	<b>(178.941)</b>
<b>Compromissos de Compra</b>	<b>142.266.573</b>	<b>435.830</b>	<b>93.915.007</b>	<b>267.158</b>	<b>395.605</b>
Opções de Compra Dólar	3.100.314	217.052	187.046	87.437	163.189
Opções de Venda Dólar	1.634.196	34.973	1.236.984	31.089	43.181
Opções de Compra Outras	68.016.882	127.298	74.927	39.788.282	88.413
Mercado Interfinanceiro	67.319.919	96.931	38.940.931	51.878	136.866
Outras <sup>(2)</sup>	696.963	30.367	28.166	847.351	5.864
Opções de Venda Outras	69.535.181	56.507	92.742	50.578.715	60.219
Mercado Interfinanceiro	65.808.416	36.339	52.648	50.270.939	34.936
Outras <sup>(2)</sup>	3.726.765	20.168	40.094	307.776	35.811
<b>Compromissos de Venda</b>	<b>136.019.532</b>	<b>(443.907)</b>	<b>(381.733)</b>	<b>120.376.885</b>	<b>(405.924)</b>
Opções de Compra Dólar	3.960.980	(256.493)	(206.726)	2.363.976	(154.386)
Opções de Venda Dólar	395.262	(14.449)	(14.822)	455.675	(15.541)
Opções de Compra Outras	55.569.478	(109.199)	(88.642)	57.450.133	(145.875)
Mercado Interfinanceiro	55.084.161	(71.857)	(38.298)	55.565.671	(70.805)
Outras <sup>(2)</sup>	485.317	(37.342)	(50.344)	1.884.462	(75.070)
Opções de Venda Outras	76.093.812	(64.766)	(71.543)	60.107.101	(90.122)
Mercado Interfinanceiro	72.646.899	(26.855)	(32.403)	59.072.891	(35.816)
Outras <sup>(2)</sup>	3.446.913	(37.911)	(39.140)	1.034.210	(54.306)
<b>Contratos de Futuros</b>	<b>231.347.750</b>	-	<b>65.982.998</b>	-	-
<b>Posição Comprada</b>	<b>114.978.094</b>	-	<b>27.814.398</b>	-	-
Cupom Cambial (DDI)	6.846.664	-	2.935.115	-	-
Taxa de Juros (D11 e DIA)	106.311.635	-	21.036.750	-	-
Moeda Estrangeira	1.753.021	-	3.175.025	-	-
Índice <sup>(3)</sup>	48.545	-	372.497	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	12.406	-	295.011	-	-
Outros	5.823	-	-	-	-
<b>Posição Vendida</b>	<b>116.369.656</b>	-	<b>38.168.600</b>	-	-
Cupom Cambial (DDI)	36.294.011	-	11.762.600	-	-
Taxa de Juros (D11 e DIA)	9.423.724	-	17.305.646	-	-
Moeda Estrangeira	35.152.642	-	8.425.945	-	-
Índice <sup>(3)</sup>	268	-	58.188	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	27.569	-	568.432	-	-
Taxa Média das Operações	-	-	-	-	-
Compromissadas (OC1)	35.471.442	-	-	-	-
Outros	-	-	47.789	-	-
<b>Contratos a Termo e Outros</b>	<b>23.407.034</b>	<b>(70.421)</b>	<b>84.023</b>	<b>30.865.463</b>	<b>183.464</b>
<b>Compromissos de Compra</b>	<b>11.162.611</b>	<b>(437.986)</b>	<b>(520.752)</b>	<b>14.692.994</b>	<b>22.599</b>
Moedas	10.253.671	(437.986)	(520.752)	14.196.370	22.599
Outros	908.940	-	-	496.624	-
<b>Compromissos de Venda</b>	<b>12.244.423</b>	<b>367.565</b>	<b>604.775</b>	<b>16.172.469</b>	<b>160.865</b>
Moedas	11.724.713	367.565	604.775	15.631.971	138.883
Outros	519.710	-	-	540.498	21.982

<sup>(1)</sup> Em 30 de junho de 2013, inclui derivativos de crédito.

<sup>(2)</sup> Inclui opções de ações, índices e commodities.

<sup>(3)</sup> Inclui índices Bovespa e S&P.

### II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Valor Referencial				
	30/06/2014	30/06/2013			
	<b>Cilientes</b>	<b>Partes Relacionadas</b>			
	<b>Instituições Financeiras <sup>(1)</sup></b>	<b>Total</b>			
	<b>Total</b>	<b>Total</b>			
"Swap"	33.209.310	110.369.216	71.762.363	215.340.889	124.459.265
Opções	2.638.276	821.427	274.846.402	278.306.105	214.291.892
Contratos de Futuros	-	-	231.347.750	231.347.750	65.982.998
Contratos a Termo e Outros	12.734.680	7.786.724	2.885.630	23.407.034	30.865.463

<sup>(1)</sup> Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

### III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial				
	30/06/2014	30/06/2013			
	<b>Até 3 Meses</b>	<b>De 3 a 12 Meses</b>	<b>Acima de 12 Meses</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
"Swap"	45.262.921	89.787.614	80.290.354	215.340.889	124.459.265
Opções	101.130.175	173.731.733	3.444.197	278.306.105	214.291.892
Contratos de Futuros	42.783.366	145.239.434	43.324.980	231.347.750	65.982.998
Contratos a Termo e Outros	10.195.689	6.409.415	6.801.930	23.407.034	30.865.463

### IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Valor Referencial				
	30/06/2014	30/06/2013			
	<b>Bolsas <sup>(1)</sup></b>	<b>Cetip <sup>(2)</sup></b>	<b>Balcão</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
"Swap"	62.836.805	51.068.329	101.435.755	215.340.889	124.459.265
Opções	273.651.607	4.254.498	400.000	278.306.105	214.291.892
Contratos de Futuros	231.347.750	-	-	231.347.750	65.982.998
Contratos a Termo e Outros	-	14.301.714	9.105.320	23.407.034	30.865.463

<sup>(1)</sup> Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

<sup>(2)</sup> Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

### V) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

Em 30 de junho de 2013, o volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido correspondia a R\$442.954 de custo e R\$489.744 de valor de mercado e o valor alocado no patrimônio líquido exigido foi de R\$2.624.

### VI) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

	30/06/2014			30/06/2013		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
<b>Instrumentos de "Hedge"</b>						
<b>Contratos de "Swap"</b>	<b>32.567</b>	<b>(90.722)</b>	<b>(58.155)</b>	<b>12.441</b>	<b>(103.313)</b>	<b>(90.872)</b>
<b>Ativo</b>	<b>2.134.682</b>	<b>(1.318.016)</b>	<b>816.666</b>	<b>1.738.201</b>	<b>(417.138)</b>	<b>1.321.063</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI <sup>(1) (2) (3)</sup>	1.407.014	(703.514)	703.500	951.236	(457.523)	493.713
Taxa de Juros Pré - Reais <sup>(2)</sup>	111.202	(632.234)	(521.032)	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar <sup>(2) (3) (4) (5)</sup>	306.076	13.866	319.942	493.934	35.044	528.978
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço <sup>(5)</sup>	130.390	3.866	314.256	293.031	5.341	298.372
<b>Passivo</b>	<b>(2.102.115)</b>	<b>1.222.294</b>	<b>(874.211)</b>	<b>(1.725.760)</b>	<b>313.825</b>	<b>(1.411.935)</b>
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar <sup>(1)</sup>	(699.145)	(66.553)	(765.698)	(870.576)	(103.390)	(973.966)
Indexados em Índices de Preços e Juros <sup>(2)</sup>	(797.807)	1.099.900	302.993	(154.610)	440.935	286.325
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar <sup>(3)</sup>	(20.304)	(967)	(21.271)	(33.087)	(2.343)	(35.430)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI <sup>(4)</sup>	(36.284)	(1.276)	(37.560)	(160.526)	(8.852)	(169.378)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar <sup>(5)</sup>	(286.402)	(3.909)	(290.311)	(288.109)	(7.362)	(295.471)
Taxa de Juros Pré - Reais <sup>(2)</sup>	(262.173)	200.099	(62.074)	(218.852)	(5.163)	(224.015)
<b>Objeto de "Hedge"</b>						
<b>Ativo</b>	<b>1.727.985</b>	<b>111.591</b>	<b>1.839.576</b>	<b>1.540.874</b>	<b>104.654</b>	<b>1.645.528</b>
<b>Operação de Crédito</b>	<b>1.072.311</b>	<b>63.221</b>	<b>1.135.532</b>	<b>1.175.786</b>	<b>63.004</b>	<b>1.238.790</b>
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	612.450	63.923	676.373	752.539	92.563	845.102
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	20.317	264	20.581	33.105	498	33.603
Indexados em Índices de Preços e Juros	181.757	10.875	192.632	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	36.284	(1.368)	34.916	164.928	(13.419)	151.509
Taxa de Juros Pré - Reais	221.503	(10.473)	211.030	225.214	(16.638)	208.576
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>655.674</b>	<b>48.370</b>	<b>704.044</b>	<b>365.088</b>	<b>41.650</b>	<b>406.738</b>
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	655.674	48.370	704.044	365.088	41.650	406.738
<b>Passivo</b>	<b>(312.240)</b>	<b>(2.017)</b>	<b>(314.257)</b>	<b>(294.210)</b>	<b>(4.162)</b>	<b>(298.372)</b>
<b>Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior</b>	<b>(312.240)</b>	<b>(2.017)</b>	<b>(314.257)</b>	<b>(294.210)</b>	<b>(4.162)</b>	<b>(298.372)</b>
Eurobonds	(312.240)	(2.017)	(314.257)	(294.210)	(4.162)	(298.372)

<sup>(1)</sup> Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$676.373 (30/06/2013 - R\$845.102) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$89.215 (30/06/2013 - R\$128.933).

<sup>(2)</sup> Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em índices de preços e juros no valor de R\$192.632 e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$614.829 (30/06/2013 - R\$277.805).

<sup>(3)</sup> Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$20.581 (30/06/2013 - R\$33.603).

<sup>(4)</sup> Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$34.916 (30/06/2013 - R\$151.509).

<sup>(5)</sup> Instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R\$314.257 (30/06/2013 - R\$298.372).

<sup>(6)</sup> Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R\$211.030 (30/06/2013 - R\$208.576).

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

### b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

	30/06/2014		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
<b>Instrumentos de "Hedge"</b>			
<b>Contratos de "Swap"</b>	<b>(164.640)</b>	<b>(105.950)</b>	<b>(270.590)</b>
<b>Ativo</b>	<b>2.520.534</b>	<b>52.998</b>	<b>2.573.532</b>
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço <sup>(1)</sup>	876.187	45.314	921.501
Index			

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2014	30/06/2013
<b>Setor Privado</b>	<b>185.408.636</b>	<b>178.585.398</b>
Indústria	43.796.178	34.323.170
Comércio	20.215.915	21.734.644
Instituições Financeiras	4.328	20.739
Serviços e Outros <sup>(1)</sup>	43.394.717	47.780.892
Pessoas Físicas	72.912.861	69.481.631
Cartão de Crédito	16.704.056	15.107.707
Crédito Imobiliário	17.905.274	13.378.297
Crédito Consignado	12.285.004	14.808.132
Financiamento e Leasing de Veículos	3.206.171	3.002.574
Outros <sup>(2)</sup>	22.812.356	23.184.921
Agricultura	5.084.037	5.184.322
<b>Setor Público</b>	<b>108.037</b>	<b>99.737</b>
Governo Federal	32	22
Governo Estadual	94.379	94.882
Governo Municipal	13.626	4.833
<b>Total</b>	<b>185.516.673</b>	<b>178.685.135</b>

<sup>(1)</sup> Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.  
<sup>(2)</sup> Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

### e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total <sup>(2)</sup>	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Total
AA	-	56.358.631	-	56.358.631	-	-	-
A	0,5%	80.484.984	-	80.484.984	402.425	306.225	708.650
B	1%	13.986.485	1.240.001	15.226.486	152.265	271.589	423.854
C	3%	7.828.325	2.006.184	9.834.509	295.036	226.723	521.759
D	10%	6.008.385	2.401.785	8.410.170	841.017	-	841.017
E	30%	1.747.025	1.500.282	3.247.307	974.192	-	974.192
F	50%	1.288.716	1.808.235	2.896.951	1.448.476	-	1.448.476
G	70%	951.406	1.127.314	2.078.360	1.454.852	-	1.454.852
H	100%	1.729.828	5.186.226	6.916.054	6.916.054	-	6.916.054
<b>Total</b>		<b>170.383.425</b>	<b>15.070.027</b>	<b>185.453.452</b>	<b>12.484.317</b>	<b>804.537</b>	<b>13.288.854</b>

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total <sup>(2)</sup>	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Total
AA	-	50.624.835	-	50.624.835	-	-	-
A	0,5%	77.538.497	-	77.538.497	387.692	291.903	679.595
B	1%	16.359.698	1.296.689	17.656.387	176.564	319.056	495.620
C	3%	9.837.385	2.281.146	12.118.531	363.556	34.534	398.090
D	10%	3.999.471	1.849.409	5.848.880	584.888	-	584.888
E	30%	831.364	1.249.328	2.080.692	624.208	-	624.208
F	50%	1.790.837	1.618.988	3.409.825	1.704.913	-	1.704.913
G	70%	130.240	1.048.906	1.179.146	825.402	-	825.402
H	100%	1.532.164	6.696.178	8.228.342	8.228.342	-	8.228.342
<b>Total</b>		<b>162.644.491</b>	<b>16.040.644</b>	<b>178.685.135</b>	<b>12.895.565</b>	<b>645.493</b>	<b>13.541.058</b>

<sup>(1)</sup> Inclui parcelas vincendas e vencidas.  
<sup>(2)</sup> A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.  
 Em 30 de junho de 2014, o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$63.221, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.VI.a).

### f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
<b>Saldo Inicial</b>	<b>13.829.240</b>	<b>13.299.770</b>
Constituições Líquidas das Reversões Baixas	5.269.981	6.536.899
<b>Saldo Final <sup>(1)</sup></b>	<b>13.288.854</b>	<b>13.541.058</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.682.861</b>	<b>2.469.813</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>10.605.993</b>	<b>11.071.245</b>
<b>Créditos Recuperados <sup>(2)</sup></b>	<b>1.185.961</b>	<b>726.087</b>

<sup>(1)</sup> Inclui R\$340 (30/06/2013 - R\$3.255) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.  
<sup>(2)</sup> Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem cobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$149.961 (2013 - R\$22.030).

### g) Créditos Renegociados

	30/06/2014	30/06/2013
Créditos Renegociados	14.552.543	11.666.234
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.113.722)	(5.686.032)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	48,9%	48,7%

### h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avals e Fianças <sup>(1)</sup> , Títulos e Valores Mobiliários <sup>(2)</sup> e Instrumentos Financeiros Derivativos <sup>(3)</sup>	30/06/2014		30/06/2013	
	Risco	%	Risco	%
Maiores Devedor	7.438.165	2,9%	10.159.707	3,6%
10 Maiores	29.434.810	10,2%	33.415.752	11,8%
20 Maiores	41.122.286	14,5%	45.800.244	16,1%
50 Maiores	61.928.897	21,1%	64.363.395	22,6%
100 Maiores	78.842.953	27,0%	79.090.106	27,8%

<sup>(1)</sup> Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresarial.  
<sup>(2)</sup> Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.  
<sup>(3)</sup> Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

### 9. Carteira de Câmbio

	30/06/2014	30/06/2013
<b>Ativo</b>		
Direitos sobre Venda de Câmbio	23.679.957	22.673.404
Câmbio Comprado a Liquidar	15.916.618	22.629.739
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebíveis	(258.714)	(214.486)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	59.712	76.384
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	6.549	808
<b>Total</b>	<b>39.998.122</b>	<b>45.165.849</b>
<b>Circulante</b>	<b>39.164.788</b>	<b>44.929.327</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>233.334</b>	<b>236.522</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio Vendido a Liquidar	22.488.005	23.456.085
Obrigações por Compra de Câmbio	16.407.529	21.637.650
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(3.806.074)	(2.882.460)
Outros	72	487
<b>Total</b>	<b>35.089.532</b>	<b>42.211.762</b>
<b>Circulante</b>	<b>34.939.608</b>	<b>42.114.103</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>149.924</b>	<b>97.659</b>
<b>Contas de Compensação</b>		
Créditos Abertos para Importação	620.316	841.698
Créditos de Exportação Confirmados	537.650	374.550

### 10. Negociação e Intermediação de Valores

	30/06/2014	30/06/2013
<b>Ativo</b>		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	143.684	586.634
Caixas de Registro e Liquidação	458	-
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	10.530	9.313
Bolsas - Depósitos em Garantia	364.720	46.419
Outros <sup>(1)</sup>	39.362	208.518
<b>Total</b>	<b>558.754</b>	<b>850.884</b>
<b>Circulante</b>	<b>549.252</b>	<b>841.786</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>9.502</b>	<b>9.098</b>
<b>Passivo</b>		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	417.244	1.162.844
Cretores - Conta Liquidações Pendentes	23.520	229.385
Créditos para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	176.652	290.212
Comissões e Corretagens a Pagar	2.286	2.014
<b>Total</b>	<b>619.702</b>	<b>1.684.455</b>
<b>Circulante</b>	<b>551.388</b>	<b>1.654.979</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>68.314</b>	<b>29.476</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

### 11. Créditos Tributários

#### a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.160.494	1.820.522	(1.763.152)	6.217.864
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	602.058	193.228	(111.881)	683.405
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.437.730	364.562	(13.898)	3.788.394
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	727.280	195.613	(164.501)	758.392
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos <sup>(1)</sup>	998.804	42.868	-	1.041.672
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa <sup>(1)</sup>	541.062	-	(163.398)	377.664
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria <sup>(2)</sup>	959.033	-	(25.375)	933.658
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	256.870	209.958	(218.378)	248.450
Outras Provisões Temporárias <sup>(3)</sup>	2.366.992	-	(242.534)	2.124.458
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>16.049.723</b>	<b>2.826.751</b>	<b>(2.703.117)</b>	<b>16.173.357</b>
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	806.790	-	(346.901)	459.889
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	683.581	-	(41.649)	641.932
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>17.540.994</b>	<b>2.826.751</b>	<b>(3.091.667)</b>	<b>17.275.178</b>
Créditos não Registrados	(158.654)	(66.153)	-	(224.807)
<b>Saldo dos Créditos Tributários Registrados</b>	<b>17.381.440</b>	<b>2.760.598</b>	<b>(3.091.667)</b>	<b>17.050.371</b>
<b>Circulante</b>	<b>17.111.337</b>	<b>4.305.789</b>	<b>4.305.789</b>	<b>17.111.337</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>12.670.103</b>	<b>12.744.582</b>	<b>12.744.582</b>	<b>12.670.103</b>
Saldo em 31/12/2012				
Constituição				
Realização				
Saldo em 30/06/2013				
4.146.471	2.498.955	(1.399.054)	5.247.372	
577.850	139.557	(126.511)	590.896	
3.298.650	367.333	(312.467)	3.353.516	
995.968	55.204	(304.345)	746.827	
1.172.387	-	(249.691)	922.696	
347.076	83.067	-	430.143	
1.799.440	128.779	(930.229)	997.990	
248.854	172.655	(253.002)	168.507	
1.533.947	-	(134.417)	1.399.530	
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>14.121.643</b>	<b>3.446.550</b>	<b>(3.451.765)</b>	<b>14.116.428</b>
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.465.953	410.950	-	1.876.903
Contribuição Social - MP 2.158/2001	683.581	-	-	683.581
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>16.271.177</b>	<b>3.857.500</b>	<b>(3.451.765)</b>	<b>16.676.912</b>
Créditos não Registrados	(563.697)	-	-	(563.697)
<b>Saldo dos Créditos Tributários Registrados</b>	<b>15.707.480</b>	<b>3.857.500</b>	<b>(3.205.839)</b>	<b>16.359.141</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.020.627</b>	<b>4.595.340</b>	<b>4.595.340</b>	<b>6.020.627</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>9.686.853</b>	<b>9.262.160</b>	<b>8.660.500</b>	<b>10.338.514</b>

<sup>(1)</sup> Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.  
<sup>(2)</sup> Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.k.  
<sup>(3)</sup> Composto principalmente por provisões administrativas e depósitos judiciais.

#### b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Prejuízos Fiscais - Base Negativa		CSLL 18%	Total Registrados
				Total	%		
2014	1.298.315	781.937	32.126	175.294	-	2.287.672	2.287.672
2015	2.337.403	1.400.759	64.252	170.337	63.483	4.036.234	4.036.234
2016	3.924.118	2.345.869	36.230	-	-	6.306.217	6.306.217
2017	1.050.696	623.806	8.208	79.544	90.895	1.853.149	1.853.149
2018	241.062	146.479	8.208	-	213.498	609.247	609.247
2019 a 2021	594.268	353.404	4.104	-	274.056	1.225.832	1.225.832
2022 a 2023	326.583	216.218	-	-	-	542.801	542.801
2024 a 2026	239.506	139.806	-	34.714	-	414.026	189.219
<b>Total</b>	<b>10.011.951</b>	<b>6.008.278</b>	<b>153.128</b>	<b>459.889</b>	<b>641.932</b>	<b>17.275.178</b>	<b>17.050.371</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos riscos líquidos futuros.

**c) Valor Presente dos Créditos Tributários**  
 O valor presente total dos créditos tributários é de R\$14.710.291 (30/06/2013 - R\$14.611.562) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$14.607.390 (30/06/2013 - R\$14.469.253), calculados de acordo com a expectativa

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 15. Imobilizado de Uso

	30/06/2014		30/06/2013	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
<b>Imóveis de Uso</b>	<b>2.460.719</b>	<b>(491.208)</b>	<b>1.969.511</b>	<b>1.593.862</b>
Terrenos	675.016	-	675.016	679.467
Edificações	1.785.703	(491.208)	1.294.495	914.395
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>	<b>9.154.518</b>	<b>(4.921.276)</b>	<b>4.233.242</b>	<b>4.157.597</b>
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.445.633	(1.002.536)	1.443.097	1.165.895
Sistemas de Processamento de Dados	2.517.073	(1.789.465)	727.608	439.752
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	3.046.260	(1.546.329)	1.499.931	1.337.959
Sistemas de Segurança e Comunicações	599.089	(339.536)	259.553	209.650
Outras	546.463	(243.410)	303.053	1.004.341
<b>Total</b>	<b>11.615.237</b>	<b>(5.412.484)</b>	<b>6.202.753</b>	<b>5.751.459</b>

### 16. Intangível

	30/06/2014		30/06/2013	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
<b>Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas</b>	<b>26.020.084</b>	<b>(18.663.299)</b>	<b>7.356.785</b>	<b>10.985.776</b>
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>6.880.264</b>	<b>(3.524.528)</b>	<b>3.355.736</b>	<b>3.785.157</b>
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciels	4.265.223	(2.403.835)	1.861.388	2.010.208
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.452.681	(1.076.998)	1.375.683	1.638.587
Outros	162.360	(43.695)	118.665	136.542
<b>Total</b>	<b>32.900.348</b>	<b>(22.187.827)</b>	<b>10.712.521</b>	<b>14.770.933</b>

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais. A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela diretoria executiva. Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

### 17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

	30/06/2014				30/06/2013			
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total	Total
Depósitos à Vista	14.959.503	-	-	-	14.959.503	13.619.955	-	-
Depósitos de Poupança	35.778.901	-	-	-	35.778.901	29.293.118	-	-
Depósitos Interfinanceiros	-	10.111.527	24.941.676	688.503	35.741.706	25.581.822	-	-
Depósitos a Prazo	240.784	18.808.423	11.829.782	49.041.657	79.920.646	80.237.870	-	-
<b>Total</b>	<b>50.979.188</b>	<b>28.919.950</b>	<b>36.771.458</b>	<b>49.730.160</b>	<b>166.400.756</b>	<b>148.732.765</b>	<b>116.670.596</b>	<b>95.452.156</b>
<b>Circulante</b>					<b>49.730.160</b>	<b>53.280.609</b>		
<b>Longo Prazo</b>								

### b) Captações no Mercado Aberto

	30/06/2014			30/06/2013		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Carteira Própria	51.289.392	13.336.255	26.794.076	91.419.723	70.342.830	-
Títulos Públicos	45.459.537	26.049	-	45.485.586	30.418.237	-
Outros	5.829.855	13.310.206	26.794.076	45.934.137	39.924.593	-
Carteira de Terceiros	2.999.995	-	-	2.999.995	13.647.961	-
Carteira de Livre Movimentação	-	245.286	10.751.987	10.997.273	10.913.908	-
<b>Total</b>	<b>54.289.387</b>	<b>13.581.541</b>	<b>37.546.063</b>	<b>105.416.991</b>	<b>94.904.699</b>	<b>67.870.928</b>
<b>Circulante</b>				<b>67.870.928</b>	<b>67.060.306</b>	
<b>Longo Prazo</b>				<b>37.546.063</b>	<b>27.844.393</b>	

### c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	30/06/2014			30/06/2013		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
<b>Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares</b>	<b>7.787.758</b>	<b>34.384.541</b>	<b>10.322.977</b>	<b>52.495.276</b>	<b>43.015.590</b>	
Letras de Crédito Imobiliário - LCI <sup>(1)</sup>	6.743.518	12.423.588	1.187.391	20.354.497	12.934.136	
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA <sup>(2)</sup>	897.872	897.503	246	1.795.621	1.522.332	
Letras Financeiras <sup>(3)</sup>	146.368	21.063.450	9.135.340	30.345.158	28.559.122	
<b>Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior</b>	<b>494.935</b>	<b>3.280.601</b>	<b>8.833.616</b>	<b>12.609.152</b>	<b>18.813.366</b>	
Eurobonds	241.838	2.909.506	7.587.034	10.738.378	16.538.079	
Notas de Securitização - MT100 <sup>(4)</sup>	253.097	371.095	1.246.582	1.870.774	2.275.287	
<b>Certificados de Operações Estruturadas</b>	<b>1.739</b>	<b>159.240</b>	<b>-</b>	<b>160.979</b>	<b>-</b>	
<b>Total</b>	<b>8.284.432</b>	<b>37.824.382</b>	<b>19.156.593</b>	<b>65.265.407</b>	<b>61.828.956</b>	
<b>Circulante</b>				<b>46.108.814</b>	<b>27.801.661</b>	
<b>Longo Prazo</b>				<b>19.156.593</b>	<b>34.027.295</b>	

<sup>(1)</sup> Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2014, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2020.  
<sup>(2)</sup> Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 85,0% a 100,0% do CDI. Em 30 de junho de 2014, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2015.  
<sup>(3)</sup> As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2014, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2025.  
<sup>(4)</sup> Emissão de títulos vinculados ao direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior.

	30/06/2014		30/06/2013	
	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)
<b>Eurobonds</b>				
fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	3.001.128
abril e novembro-10	abril-15	US\$	4,5%	1.827.864
junho e dezembro-11	junho-16	US\$	4,3%	1.890.493
março e maio-13	março-16	RS	8,0%	1.282.337
abril-18	abril-18	US\$	4,5% a 8,4% <sup>(1)</sup>	739.544
abril-12	abril-16	CHF	3,3%	375.593
junho-11	dezembro-14	CHF	3,1%	379.186
junho-13	junho-15	CHF	1,1%	312.240
março-13	março-15	CHF	1,7%	173.983
abril-12	abril-16	CLP	4,6%	90.553
dezembro-12	dezembro-14	CNY	2,1%	53.253
março-11	março-14	US\$	Libor + 2,1%	-
novembro-05	novembro-13	RS	17,1%	-
<b>Outros</b>				
				612.204
<b>Total</b>				<b>10.738.378</b>

<sup>(1)</sup> A operação possui fluxo de juros composto: até 17 de abril de 2013 igual a 4,5% a.a., no período de 18 de abril de 2013 a 17 de outubro de 2017 igual a 8,4% a.a. e de 18 de outubro de 2017 a 17 de abril de 2018 igual a 7,0% a.a.  
<sup>(2)</sup> Inclui R\$2.354.905 (30/06/2013 - R\$2.309.542) de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$1.282.337 (30/06/2013 - R\$1.284.705) indexado em Reais, R\$928.762 (30/06/2013 - R\$876.871) indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço, R\$90.553 (30/06/2013 - R\$93.768) em Peso Chileno e R\$53.253 (30/06/2013 - R\$54.198) em Iuan (Nota 6.b.VI.b). e R\$312.240 (30/06/2013 - R\$294.210) de operações objeto de "hedge" de risco de mercado, indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço (Nota 6.b.VI.a).

	30/06/2014		30/06/2013	
	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.) <sup>(1)</sup>
<b>Notas de Securitização - MT100</b>				
Série 2008-1	maio-08	março-15	US\$	6,2%
Série 2008-2 <sup>(2)</sup>	agosto-07	setembro-17	US\$	Libor (6 Meses) + 0,8%
Série 2009-1	agosto-09	setembro-14	US\$	Libor (6 Meses) + 2,1%
Série 2009-2	agosto-09	setembro-19	US\$	6,3%
Série 2010-1	dezembro-10	março-16	US\$	Libor (6 Meses) + 1,5%
Série 2011-1	maio-11	março-18	US\$	4,2%
Série 2011-2	maio-11	março-16	US\$	Libor (6 Meses) + 1,4%
<b>Total</b>				<b>265.599</b>
				<b>1.870.774</b>

<sup>(1)</sup> Encargos pagos semestralmente.  
<sup>(2)</sup> Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2015.

### d) Despesas de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2014		01/01 a 30/06/2013	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Depósitos a Prazo <sup>(1)</sup>	3.084.070	2.638.124	-	5.722.194
Depósitos de Poupança	1.130.445	767.461	-	1.897.906
Depósitos Interfinanceiros	1.381.381	858.796	-	2.240.177
Captação no Mercado Aberto	6.110.109	3.885.271	-	9.995.380
Outros <sup>(2)</sup>	2.886.995	3.476.826	-	6.363.821
<b>Total</b>	<b>14.593.000</b>	<b>11.626.478</b>		<b>26.219.478</b>

<sup>(1)</sup> Em 2014, incluí o registro de juros no valor de R\$195.617 referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 20).  
<sup>(2)</sup> Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

### e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	30/06/2014			30/06/2013		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
<b>Obrigações por Empréstimos no País</b>	<b>10.006</b>	<b>29.451</b>	<b>11.606</b>	<b>51.063</b>	<b>98.485</b>	
<b>Obrigações por Empréstimos no Exterior</b>	<b>4.917.309</b>	<b>11.828.681</b>	<b>1.318.546</b>	<b>18.064.536</b>	<b>16.855.076</b>	
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	4.538.085	11.828.681	1.318.546	17.685.312	15.849.074	
Outras Linhas de Crédito	379.224	-	-	379.224	1.006.002	
<b>Obrigações por Repasses do País</b>	<b>1.188.318</b>	<b>2.642.589</b>	<b>9.111.697</b>	<b>12.942.604</b>	<b>9.559.146</b>	
<b>Obrigações por Repasses do Exterior</b>	<b>9.348</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.348</b>	<b>28.782</b>	
<b>Total</b>	<b>6.124.981</b>	<b>14.500.721</b>	<b>10.441.849</b>	<b>31.067.551</b>	<b>26.541.489</b>	
<b>Circulante</b>				<b>20.625.702</b>	<b>18.490.881</b>	
<b>Longo Prazo</b>				<b>10.441.849</b>	<b>8.050.608</b>	

As linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2018 (30/06/2013 - até o ano de 2014) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,7% a.a. a 6,9% a.a. (30/06/2013 - 0,4% a.a. a 17,9% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes à TJLP variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações de repasses do exterior possuem juros de 1,5% a.a. (30/06/2013 - 1,5% a.a.), acrescidos de variação cambial e com vencimento até o ano de 2014 (30/06/2013 - até o ano de 2014).

### 18. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2014		30/06/2013	
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos <sup>(1)</sup>	840.748	59.502	-	900.250
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa <sup>(1)</sup>	94.707	342.402	-	437.109
Superveniência de Arrendamento Mercantil	19.473	-	(3.894)	15.579
Outros	11.140	-	(10.564)	576
<b>Total</b>	<b>966.068</b>	<b>401.904</b>	<b>(14.458)</b>	<b>1.353.514</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.353.514</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>-</b>
<b>a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos</b>				
Saldo em 31/12/2013	840.748	8.258	(8.258)	840.748
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos <sup>(1)</sup>				
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa <sup>(1)</sup>	693.259	-	(301.532)	391.727
Superveniência de Arrendamento Mercantil	77.310	-	(11.907)	65.403
Outros	576	-	-	576
<b>Total</b>	<b>1.611.893</b>	<b>8.258</b>	<b>(321.697)</b>	<b>1.298.454</b>

<sup>(1)</sup> Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

### b) Expectativa de Realização dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	
2014	152.423	89.896	29.213	271.532
2015	304.846	179.718	58.426	542.990
2016	179.441	104.366	33.963	317.770
2017	51.368	29.221	9.500	90.089
2018</				

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais** - a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra o Banco Santander a respeito da cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e à CSLL dos anos-base de 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador das instituições bancárias sucedidas pelo Banco Santander como reembolso de pagamentos realizados pelo Banco Santander e suas controladas com passivos originados das atividades realizadas por essas instituições quando o ex-controlador ainda mantinha o controle desse grupo. A Receita Federal entendeu que o valor ressarcido em favor das referidas entidades corresponde a "renda tributável" e não a reembolso. Em novembro de 2011, o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002, anulando integralmente o auto de infração, tendo sido extinto em fevereiro de 2012 pelo decurso do prazo recursal. Também obtivemos êxito com relação ao período base de 2003. Em relação ao período-base 2004, houve nova decisão favorável no CARF, contudo, essa decisão favorável é objeto de recurso por parte da Fazenda. Os processos relacionados aos exercícios fiscais de 2005 a 2006 estão em andamento. Em 30 de junho de 2014, o montante relacionado a essas autuações era de aproximadamente R\$145 milhões.

**Perdas em Operações de Crédito** - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2014, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$651 milhões.

**INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2014, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$1.106 milhões.

**IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Essa decisão pode ser objeto de recurso. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2014, o valor era de aproximadamente R\$239 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$0,1 bilhão, excluindo o processo abaixo:

**Gratificação Semestral ou PLR** - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um recurso interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Atabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$0,6 bilhão.

**Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores**  
Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$734.824, R\$3.272 e R\$3.053 (30/06/2013 - R\$832.241, R\$5.663 e R\$3.515), respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 18) e outras obrigações - diversas (Nota 21) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

## 23. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões de ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social integralizado é assim representado:

	Em Milhares de Ações			Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
			30/06/2014			30/06/2013
De Domiciliados no País	336.358	363.154	699.512	346.006	372.775	718.781
De Domiciliados no Exterior	3.533.492	3.367.836	6.901.328	3.523.844	3.358.216	6.882.060
<b>Total</b>	<b>3.869.850</b>	<b>3.730.990</b>	<b>7.600.840</b>	<b>3.869.850</b>	<b>3.730.991</b>	<b>7.600.841</b>
(-) Ações em Tesouraria	(25.346)	(25.346)	(50.692)	(9.960)	(9.960)	(19.920)
<b>Total em Circulação</b>	<b>3.844.504</b>	<b>3.705.644</b>	<b>7.550.148</b>	<b>3.859.890</b>	<b>3.721.031</b>	<b>7.580.921</b>

Para refletir os impactos do Programa de Bonificação e Grupamento de Ações no contexto do Plano de Otimização do Patrimônio de Referência (Nota 23.f) aprovado pela AGE de 18 de março de 2014 e efetivada em 2 de junho de 2014, todas as informações relativas às ações foram ajustadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados.

### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	30/06/2014			
	Em Milhares de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Dividendos Intermediários <sup>(1) (3)</sup>	99.807	12.6008	13.8609	26.4617
Dividendos Intercalares <sup>(1) (3)</sup>	120.193	15.1745	16.6919	31.8664
Dividendos Intercalares <sup>(2) (3)</sup>	400.000	50.5005	55.5505	106,0510
<b>Total</b>	<b>620.000</b>			

<sup>(1)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2014.

<sup>(2)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2014.

<sup>(3)</sup> O valor dos dividendos intercalares, serão imputados integralmente aos dividendos complementares e obrigatórios, respectivamente, referente ao exercício de 2014 e serão pagos a partir de 28 de agosto de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

	30/06/2013			
	Em Milhares de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(1) (3)</sup>	300.000	37,7153	41,4868	79,2021
Dividendos Intermediários <sup>(2) (4)</sup>	650.000	81,7268	89,8995	171,6263
<b>Total</b>	<b>950.000</b>			

<sup>(1)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2013, ordinárias - R\$32,0580 preferenciais - R\$35,2638 e Units - R\$67,3217 líquidos de impostos.

<sup>(2)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2013.

<sup>(3)</sup> O valor dos juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e foram pagos em 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(4)</sup> O valor dos dividendos intermediários foram imputados integralmente aos dividendos complementares, referente ao exercício de 2013 e foram pagos em 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

### c) Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

### d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 29 de julho de 2013, o Conselho de Administração deliberou aprovar a renovação, por mais um ano, do programa de recompra de certificado de depósito de ações ("Units") que teve início em 24 de agosto de 2013, encerrando-se em 24 de agosto de 2014.

O Programa de Recompra atual tem por objetivo: (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, em consonância com a Resolução do CMN 3.921, de 25 de novembro de 2010, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo e (3) viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco, dos serviços de formador de mercado ("market maker") no Brasil de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos, de acordo com as regras aplicáveis. Parte das Units recompradas serão utilizadas pelo Banco para proteção ("hedge") contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 76.008.403 Units, representativas de 4.180.462.165 ações ordinárias (equivalentes a 76.008.403 ações ordinárias após a bonificação e grupamento de ações) e 3.800.420.150 ações preferenciais (equivalentes a 76.008.403 ações preferenciais após a bonificação e grupamento de ações), ou de ADRs (American Depositary Receipts) pelo Banco, correspondendo, em 30 de junho de 2013, a aproximadamente 2% da totalidade do capital social do Banco.

No primeiro semestre de 2014, foram adquiridas 4.417.000 Units, pagas 2.433.553 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 30 de junho de 2014 é de 18.674.191 Units (30/06/2013 - 8.226.716 Units), equivalente a R\$192.397 (30/06/2013 - R\$126.394). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$11,01, R\$14,31 e R\$18,52.

No primeiro semestre de 2014, foram adquiridas 4.791.874 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 11.540.221 ADRs, no montante atual de R\$159.576 (30/06/2013 - R\$39.238). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$ 4,61, US\$ 6,27 e US\$ 10,21. O valor de mercado dessas ações, em 30 de junho de 2014 era de R\$15,12 por Unit e US\$ 6,92 por ADR. No primeiro semestre de 2014, devido ao Plano de Otimização do PR, foram registrados custos de emissão no valor de R\$20, totalizando R\$351.993 (30/06/2013 - R\$165.632) de ações em tesouraria.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2014, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram numa perda de R\$5.360 (2013 - R\$676), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

### f) Plano de Otimização do Patrimônio de Referência

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do PR do Banco Santander ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às novas normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR contemplou os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6.000.000, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital, avaliados como instrumentos compostos, para compor o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

### Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação por parte do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). O pagamento da restituição de recursos aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos desde 15 de janeiro de 2014.

### Emissão de Notas

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6.000.000. A emissão das Notes ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizada pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$ 1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discricionariedade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado e sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$ 1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notas componham o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

### Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação das mesmas, em 18 de março de 2014, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resulta em uma participação de bônus de 5 (cinco) ações preferenciais para cada Unit (SANB1), mediante aumento do Capital Social no montante de R\$171.799 em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento (inplit) da totalidade das nossas ações ordinárias e ações preferenciais em uma proporção de 1:55, sendo que para cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais corresponderão a 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente e, como resultado, cada Unit (SANB1) será composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial.

Em 23 de abril de 2014, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicar aos acionistas que o Bacen homologou a ata da AGE realizada em 18 de março de 2014, que aprovou a bonificação e grupamento de ações e o ajuste na composição das Units. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

### Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicada por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançará uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América para permuta de até a totalidade das ações do Banco Santander que não sejam de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representam cerca de 25% do capital do Banco Santander, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco Santander continuará a ser uma companhia aberta listada na BM&FBovespa, mas sairá do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, passando a estar listada em seu segmento tradicional.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBovespa, denominado Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada nº M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. a ser contratada para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente Saída do Nível 2.

Em 13 de junho de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que o Laudo de Avaliação elaborado por nº M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda., para fins da oferta pública voluntária de permuta de certificados de depósitos de ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão do Banco por Brazilian Depositary Receipts ou American Depositary Shares representativos de ações ordinárias do Banco Santander, S.A., foi devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBovespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta foi protocolado na CVM, na mesma data, nos termos da Instrução CVM 361/02, acima referida, conforme informações fornecidas pelo Banco Santander Espanha.

## 24. Limites Operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e Capital Principal compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. Essas regras foram revogadas pelas Resoluções de 4.192 e 4.193 que entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução 4.193/2013 o requerimento mínimo para o PR, é de 11% até 31 de dezembro de 2015, para o PR Nível I é de 5,5% de 1 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2014 e para o Capital Principal é de 4,5% a partir de 1 de outubro de 2013.

O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	Conglomerado Financeiro <sup>(1)</sup>	
	30/06/2014	30/06/2013
Patrimônio de Referência Nível I	58.802.433	64.536.508
Capital Principal	56.013.944	64.536.508
Capital Complementar	2.788.489	-
Patrimônio de Referência Nível II	5.576.936	3.945.342
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>64.379.369</b>	<b>68.481.850</b>
<b>Patrimônio de Referência Exigido</b>	<b>39.573.692</b>	<b>35.001.582</b>
Parcela de Risco de Crédito <sup>(2)</sup>	34.304.465	31.520.133
Parcelas de Risco de Mercado <sup>(3)</sup>	3.561.999	1.752.212
Parcela de Risco Operacional	1.707.228	1.729.237
<b>Índice de Basileia Nível I</b>	<b>16,3</b>	-
<b>Índice de Basileia Capital Principal</b>	<b>15,6</b>	-
<b>Índice de Basileia</b>	<b>17,9</b>	<b>21,5</b>

<sup>(1)</sup> Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

<sup>(2)</sup> Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram consideradas as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.644 de 4 de março de 2013 que revogou a Circular Bacen 3.563/2011.

<sup>(3)</sup> Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

O Banco Santander, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri). As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

## 25. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de fevereiro de 2014 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) no montante global de até R\$300.000 para o exercício de 2014, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. As propostas foram objetos de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2014.

### a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 34.f).

### a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Remuneração Fixa	23.472	22.102
Remuneração Variável	57.100	54.912
Outras	7.254	6.040
<b>Total Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>87.826</b>	<b>83.054</b>
Remuneração Baseada em Ações <sup>(1)</sup>	15.261	14.411
<b>Total Benefícios de Longo Prazo</b>	<b>15.261</b>	<b>14.411</b>
<b>Total</b> <sup>(2)</sup>	<b>103.807</b>	<b>97.465</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. No primeiro semestre de 2013, foram pagos aos Administradores da Santander Brasil Asset o montante de R\$2.115 sem consideração os encargos (Nota 36-a).

<sup>(2)</sup> Adicionalmente, no primeiro semestre de 2014, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$14.187 (2013 - R\$19.912).

### b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

### c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, do Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

### d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Quantidade	Total (%)
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)		
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) <sup>(1)</sup>	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%
Sterrebeek B.V. <sup>(1)</sup>	1.809.583	46,8%	1.733.643	46,5%	3.543.227	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
<b>Operações Compromissadas</b>	<b>(15.527.086)</b>	<b>(905.837)</b>	<b>(16.068.145)</b>	<b>(443.110)</b>
Santander Brasil Advisory <sup>(5)</sup>	(11.451)	(549)	(11.600)	(394)
Santander GetNet <sup>(6)</sup>	(21.143)	(4.433)	(7.220)	(556)
Webmotors S.A. <sup>(7)</sup>	(724)	(168)	(21.180)	(925)
Santander Brasil Consórcio <sup>(8)</sup>	(38.970)	(2.082)	(68.377)	(3.061)
Isban Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	(20.738)	(352)	(32.685)	(355)
Produban Serviços de Informática S.A. <sup>(4)</sup>	(20.924)	(235)	(1.614)	(174)
Santander FI Amazonas <sup>(9)</sup>	(118.696)	(3.270)	(86.679)	(235)
Santander FI Financial <sup>(9)</sup>	(7.224.583)	(345.284)	(6.583.671)	(222.695)
Santander Leasing <sup>(8)</sup>	(7.830.042)	(533.464)	(8.826.645)	(195.108)
Banco Bandepe <sup>(3)</sup>	(91.660)	(4.094)	(88.109)	(4.816)
Webcasas S.A. <sup>(3)</sup>	(19.804)	-	(22.460)	(388)
Santander CCVM <sup>(3)</sup>	(91.151)	(4.816)	(112.949)	(5.158)
Santander Participações <sup>(3)</sup>	(10.972)	(519)	(70.101)	(5.885)
Santander FI SBAC <sup>(3)</sup>	(11.651)	(4.406)	(127.870)	(2.581)
Diversos	(14.577)	(2.165)	(6.985)	(779)
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>(48.120)</b>	<b>(361)</b>	<b>(140.071)</b>	<b>(5.496)</b>
Banco Santander Espanha <sup>(2)</sup>	(47.054)	(263)	(136.288)	(5.381)
Santander Brasil EFC <sup>(3)</sup>	-	(98)	-	(115)
Banco Santander S.A. (Uruguay) <sup>(4)</sup>	(1.066)	-	(3.783)	-
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(465.883)</b>	-	<b>(608.249)</b>	-
Sterrebeck B.V. <sup>(2)</sup>	(290.918)	-	(422.888)	-
GES <sup>(4)</sup>	(174.500)	-	(184.912)	-
SIH <sup>(4)</sup>	(309)	-	(449)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) <sup>(4)</sup>	(156)	-	-	-
<b>Valores a Pagar de Sociedades Ligadas</b>	<b>(17.958)</b>	<b>(187.018)</b>	<b>(49.324)</b>	<b>(164.220)</b>
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) <sup>(4)</sup>	-	-	-	(3.164)
Isban Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	(447)	(50.498)	(21.059)	(45.616)
Produban Serviços de Informática S.A. <sup>(4)</sup>	-	(72.831)	(13.063)	(73.418)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda. <sup>(4)</sup>	-	(19.819)	-	-
Ingeniería de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) <sup>(4)</sup>	(8.925)	(9.995)	-	(7.053)
Santander Microcrédito <sup>(3)</sup>	(3.174)	(19.679)	(3.023)	(17.009)
Banco Santander Espanha <sup>(2)</sup>	-	(1.108)	(606)	(296)
Santander Getnet <sup>(5)</sup>	(5.309)	(10.063)	(11.429)	(16.700)
Diversos	(103)	(3.025)	(144)	(964)
<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	<b>(5.310.589)</b>	<b>(168.302)</b>	-	-
Banco Santander Espanha <sup>(2)</sup>	(5.310.589)	(168.302)	-	-
<b>Despesas com Doações</b>	-	<b>(8.341)</b>	-	<b>(11.003)</b>
Santander Cultural	-	-	-	(1.405)
Fundação Sudameris	-	(6.000)	-	(6.000)
Fundação Santander	-	(2.289)	-	(1.367)
Instituto Escola Brasil	-	(52)	-	(2.231)
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	<b>(1.872.286)</b>	<b>(330.881)</b>	<b>(2.864.220)</b>	<b>(144.700)</b>
Banco Santander Espanha <sup>(2)</sup>	(1.158)	(1.784)	(31.294)	-
Brazil Foreign <sup>(3)</sup>	(1.870.774)	(21.993)	(2.275.287)	(29.447)
Isban Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	-	(141.554)	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. <sup>(6)</sup>	-	-	(587.000)	-
TecBan <sup>(7)</sup>	-	(64.971)	-	(54.309)
Ingeniería <sup>(4)</sup>	-	(17.688)	-	(17.272)
Produban Servicios <sup>(4)</sup>	-	(10.824)	-	(9.652)
Aquanima Brasil Ltda. <sup>(4)</sup>	-	(11.288)	-	-
Diversos	(354)	(32.945)	(149)	(2.726)

<sup>(1)</sup> Em 30 de junho de 2014, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 1 de julho de 2014 e juros de 0,17% a.a. mantidas, pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman, junto à filial do Banco Santander Espanha (Nova Iorque).

<sup>(2)</sup> Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 25.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeck B.V.

<sup>(3)</sup> Controlada - Banco Santander.

<sup>(4)</sup> Controlada - Banco Santander Espanha.

<sup>(5)</sup> Controlada em Conjunto - Banco Santander.

<sup>(6)</sup> Coligada - Banco Santander Espanha.

<sup>(7)</sup> Controlada em Conjunto - Santander Serviços.

<sup>(8)</sup> Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014 (Nota 23.f).

<sup>(9)</sup> Na AGE de 6 de junho de 2014, foi aprovada a alteração da denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM), para Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., em fase de aprovação pelo Bacen (Nota 14 e 36.a).

### 26. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Administração de Recursos	450.799	487.776
Serviços de Conta Corrente	792.900	822.119
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	468.972	436.971
Operações de Crédito	272.785	272.926
Rendos de Garantias Prestadas	196.187	164.045
Comissões de Seguros	841.149	926.058
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	1.450.974	1.330.293
Cobrança e Arrecadações	448.859	384.332
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	192.749	177.608
Outras	32.301	23.438
<b>Total</b>	<b>4.678.703</b>	<b>4.588.595</b>

### 27. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Remuneração	1.638.447	1.641.188
Encargos	597.613	618.625
Benefícios	544.057	536.945
Treinamento	28.367	47.905
Outras	12.475	7.552
<b>Total</b>	<b>2.820.959</b>	<b>2.852.215</b>

### 28. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Depreciações e Amortizações <sup>(1)</sup>	2.679.011	2.724.440
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.023.114	927.305
Comunicações	270.532	298.474
Processamento de Dados	650.950	620.254
Propaganda, Promoções e Publicidade	140.509	144.225
Aluguéis	349.847	351.954
Transportes e Viagens	80.259	86.856
Serviços do Sistema Financeiro	169.480	145.818
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	288.404	272.646
Manutenção e Conservação de Bens	91.158	90.333
Água, Energia e Gás	83.288	82.244
Material	38.138	48.754
Outras	125.392	125.237
<b>Total</b>	<b>5.990.082</b>	<b>5.918.540</b>

<sup>(1)</sup> Inclui a amortização de ágio no valor de R\$1.818.492 (2013 - R\$1.818.492), realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 16).

### 29. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Despesa com Cofins	769.075	590.678
Despesa com ISS	172.181	169.398
Despesa com PIS/Pasep	125.040	95.985
Outras <sup>(1)</sup>	371.212	287.401
<b>Total</b>	<b>1.437.508</b>	<b>1.143.462</b>

<sup>(1)</sup> Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

### 30. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Atualização de Depósitos Judiciais	156.592	129.511
Atualização de Impostos a Compensar	101.792	59.166
Recuperação de Encargos e Despesas	377.350	331.935
Varição Monetária Ativa	265.707	137.910
Outras	319.390	185.715
<b>Total</b>	<b>1.220.831</b>	<b>844.237</b>

### 31. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 22.c)	93.858	67.441
Trabalhistas (Nota 22.c)	379.993	38.468
Cíveis (Nota 22.c)	270.481	270.973
Outras	-	58.476
Despesas com Cartão de Crédito	667.851	611.793
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 34.a)	108.134	177.992
Varição Monetária Passiva	7.936	49.291
Despesas Judiciais e Custas	50.010	55.486
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	37.428	39.982
Corretagens e Emolumentos	32.298	28.783
Comissões	53.594	45.858
Avaliação do Valor Recuperável <sup>(1)</sup>	1.271	95.949
Outras	483.973	402.576
<b>Total</b>	<b>2.186.827</b>	<b>1.943.068</b>

<sup>(1)</sup> Em 2013, inclui perda não recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$63.275 e de ativos na aquisição e desenvolvimento de logísticos no valor de R\$31.929. A perda referente aos direitos na aquisição de folhas de pagamento foi registrada em decorrência da redução do valor do retorno esperado na gestão das folhas de pagamento e do histórico de quebra de contratos. A perda na aquisição e desenvolvimento de logísticos foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

### 32. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Resultado na Alienação de Valores e Bens <sup>(1)</sup>	28.919	117.851
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	958	90.756
Despesas com Bens não de Uso	(2.054)	(4.261)
Ganhos (Perdas) de Capital	(677)	(2.858)
Outras Receitas (Despesas) <sup>(2)</sup>	19.592	(122.934)
<b>Total</b>	<b>46.738</b>	<b>78.554</b>

<sup>(1)</sup> Em 2013, inclui R\$121.391 referente ao lucro na venda de imóveis para o Fundo Imobiliário Santander Agências. Este fundo possui administração e gestão por terceiros.

<sup>(2)</sup> Em 2013, inclui R\$139.215 referente à constituição de provisão para cobrir gastos com reestruturação e indenizações trabalhistas.

### 33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>2.505.461</b>	<b>(343.047)</b>
Participações no Lucro <sup>(1)</sup>	(524.896)	(431.636)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(300.000)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>1.980.565</b>	<b>(1.074.683)</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente</b>	<b>(792.226)</b>	<b>429.873</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas <sup>(2)</sup>	199.943	135.913
Despesas Inadmissíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	44.780	(4.481)
Varição Cambial de Investimentos no Exterior	(458.174)	768.311
RRFJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias	46.211	221.879
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	19.494	(8.739)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(939.972)</b>	<b>1.542.756</b>

<sup>(1)</sup> A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

<sup>(2)</sup> No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

### 34. Plano de Benefícios a Funcionários e Benefícios Pós-Emprego

#### a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander patrocina entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

#### I) Banesprev

**Plano I:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Desinstituídos e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

**Plano II:** plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

**Plano V:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

**Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão:** plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banesprev, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

**Plano III:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

**Plano IV:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

#### II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

**Plano I:** plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

**Plano II:** plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

**Plano III:** plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

#### III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria complementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões desde 1999.

#### IV) Outros Planos

**SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi):** é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

**Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass):** entidade fechada de previdência complementar que administra três planos de benefícios previdenciários, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual PREVIC, foram concretizados em julho de 2009. Plano I fechado para novas adesões desde 23 de março de 1998 e planos II e III desde 8 de julho de 1999.

Adicionalmente, o Banco Santander é patrocinador das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

#### Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	30/06/2014	30/06/2013
<b>Banesprev</b>	<b>(15.379.571)</b>	<b>(15.379.571)</b>
<b>Sanprev</b>	<b>(324.343)</b>	<b>(324.343)</b>
<b>Outros Planos</b>	<b>(346.175)</b>	<b>(346.175)</b>
<b>Bandepeprev</b>	<b>(1.045.528)</b>	<b>(1.045.528)</b>
<b>Total</b>	<b>(17.075.617)</b>	<b>(17,075,617)</b>

	30/06/2014	30/06/2013
<b>Banesprev</b>	<b>(1.548.227)</b>	<b>(1.548.227)</b>
<b>Sanprev</b>	<b>(278.915)</b>	<b>(278.915)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1.1) Programa Local**

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

As principais características dos planos são:

**Plano SOP:** plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

**Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014:** é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

**Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013:** é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

**Plano PSP:** Plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes (Remuneração Variável), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

**Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013:** Plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O plano tem como objetivo o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em "Units".

**Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos**

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados às suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	PSP 2013	Plano SOP, P112 - PSP, P113 - PSP, P114 - PSP (1)	SOP 2014 (2)
	% de Ações Passíveis de Exercício		
1°	100%	50%	100%
2°	75%	35%	75%
3°	50%	25%	50%
4°	-	-	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PSP - 2013	P114 - PSP	P113 - PSP	P112 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2013	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	Black&Scholes	Black&Scholes	Binomial
Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	2 Anos	2 Anos	2,72 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações SANB11 em 30 de junho de 2014 é de R\$15,12 (30/06/2013 - R\$13,38).

No primeiro semestre de 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$689 (2013 - R\$21.729), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e um crédito de R\$4.254 (2013 - R\$4.139), referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$1.236 (2013 - R\$1.555) como despesa de pessoal. As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
<b>Saldo dos Planos em 31/dez/2012</b>	<b>25.915.376</b>					
Opções Canceladas (P113 - PSP)	(971.238)		2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Canceladas (P114 - PSP)	(86.465)		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.352.431)	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Opções Concedidas (SOP 2013)	12.240.000	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Concedidas (ILP 2013)	2.456.000		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Exercidas (P113 - PSP)	(324.760)		2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.197.255)	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Canceladas (ILP 2013)	(6.800)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (PSP 2013)	(18.197)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
<b>Saldo dos Planos em 31/dez/2013</b>	<b>35.654.230</b>					
Opções Canceladas (P114 - PSP)	(32.304)		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(193.040)	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2013)	(80.831)	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	215.432		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
<b>Saldo dos Planos em 30/jun/2014</b>	<b>35.563.487</b>					
Plano SOP	4.903.767	23,50	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
P114 - PSP	1.685.005		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
SOP 2014	15.366.366	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
SOP 2013	10.961.914	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
PSP 2013	2.646.435		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
<b>Total</b>	<b>35.563.487</b>					

**1.2) Programa Global**

**Política de Incentivos a Longo Prazo**

Na Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Consolidado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (P109) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (P110/P111/P112/P113 e P114). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano P112, o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

**Valor Justo do Plano Global**

É considerado que os beneficiários não declararão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo ao Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	P110	P111	P112	P113	P114
Volatilidade Esperada (1)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de Juros sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(1) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Units	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
<b>Saldo dos Planos em 31/dez/2012</b>	<b>1.070.122</b>				
Opções Canceladas (P113)	(14.209)	2010	Executivos	01/07/2010	31/07/2013
Opções Canceladas (P114)	(676.228)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
<b>Saldo dos Planos em 31/dez/2013</b>	<b>379.685</b>				
Plan 114	379.685	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
<b>Total em 30 de Junho de 2014</b>	<b>379.685</b>				

No primeiro semestre de 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$789 (2013 - R\$2.066), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

**1.3) Remuneração Variável Referenciado em Ações**

A AGE de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi aprovada em AGE do dia 3 de junho de 2013.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 3 programas:

a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No primeiro semestre de 2014, não foram registradas despesas (2013 - crédito de R\$8.713).

b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será pago 100% em dinheiro, atrelado ao desempenho futuro das Units "SANB11". No primeiro semestre de 2014, foram registradas despesas no valor de R\$139 (2013 - R\$317), referente a provisão do plano e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$2.506 (2013 - perda de R\$8.080) como despesas de pessoal.

c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. No primeiro semestre de 2014, foram registrados créditos no valor de R\$691 (2013 - R\$617).

**35. Estrutura de Gerenciamento de Risco**

O Banco Santander no Brasil segue o modelo do Banco Santander Espanha, que se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da Administração atendendo ao regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Nessas operações o Banco está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam: o fortalecimento do ambiente de controles internos; prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio do Banco Santander.

- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco Santander.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho de Administração;

- Envolvimento da Direção nas tomadas de decisão;

- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;

- Decisões tomadas coletivamente, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;

- Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência, como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos, etc.;

- Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão realizada;

- Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

- Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:

- A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias;

- Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados; e

- Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

**Governança Corporativa da Função de Riscos**

A estrutura dos Comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;

- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;

- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Banco Santander Espanha;

- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções; e

- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da Administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Riscos, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. Na estrutura organizacional do Banco, a função de Riscos é representada por uma vice-presidência independente da área de negócios, que se reporta diretamente à presidência do Banco, sendo fundamental para que se tenha uma visão e controle independentes de risco.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e

- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

**Gerenciamento de Risco de Crédito**

Sua função é a de desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito e Mercado. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, individualmente ou agrupados por semelhança.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre dois segmentos de clientes: individualizados e clientes padronizados (gestão estandarizada).

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido e que preparará as análises, encaminhará ao Comitê e fará o acompanhamento da evolução do cliente; e

- Clientes com gestão padronizada (estandarizada): pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, do contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### i) Outras Informações

- (i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseada na análise da adequação dos níveis de capital através do índice de Basileia, utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de rating e retorno aos investidores.
- (ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.
- (iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico [www.santander.com.br/rf](http://www.santander.com.br/rf).

### 36. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado.

#### a) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em fase de aprovação pelo Bacen)

Em 19 de junho de 2014, o Banco publicou Comunicado ao Mercado para informar aos seus acionistas que foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em fase de aprovação pelo Bacen). A Operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha, fundos de investimento do Warburg Pincus LLC, empresa líder de private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek. De acordo com os termos da parceria, Banco Santander Espanha detém 50% de uma sociedade holding que integrará os negócios de custódia das unidades do Grupo Santander localizadas na Espanha, no Brasil e no México. Os fundos do Warburg Pincus e Temasek detém conjuntamente 50% da sociedade holding.

A conclusão da Operação de venda está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

#### b) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, atualmente desenvolvidas pela Santander Brasil Asset

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pelo Santander Brasil Asset ("Operação"), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic, a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros. Essa Operação gerou um ganho ao Banco Santander de R\$2.008 milhões antes dos impostos (efeito tributário de R\$803 milhões).

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim ("Gestora").

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

#### c) Segregação das Participações em Sociedades que Prestam Serviços Complementares Àqueles Prestados por Instituições Financeiras

Com o objetivo de segregas as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Conglomerado Santander, foram efetuados os seguintes atos:

• Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade TecBan detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da TecBan, foi autorizada pelo Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012, e efetivada em 27 de março de 2013.

#### d) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

• Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 entre a Webmotors e a Carsales com o Share Subscription Agreement ("Acordo") tendo por objetivo a participação da Carsales no capital social da Webmotors S.A. ("Operação"). Assim a Carsales, adquiriu novas ações do capital social da Webmotors S.A., que representam 30% de seu capital total, pelo valor de R\$180.000. Essa transação gerou ganho na Santander Serviços de R\$119.961 referente a variação no percentual de participação no capital da Webmotors S.A. em razão do ingresso da Carsales no seu capital social.

• Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., desta participação para Elincasol, S.L.

• Em 28 de fevereiro de 2014, o Banco Santander exerceu uma opção de compra para adquirir 97.669 ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., alcançando a totalidade de 252.311 ações representativas em seu capital social.

• Em 7 de março de 2014 foi concluída a aquisição, pela sociedade Webmotors S.A., de 100% do capital social da KM Locanet Ltda. - ME ("Compreato").

### 37. Eventos Subsequentes

#### a) Investimento na iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle do Brasil)

Em 18 de julho de 2014, o Banco passou a deter uma participação de 50% no capital social da iZettle do Brasil, mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R\$17.240, o qual foi autorizado pelo Bacen em 3 de junho de 2014.

A iZettle do Brasil é uma empresa de origem sueca que atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander Espanha e a iZettle na Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

Uma das soluções desenvolvidas pela iZettle permite aos estabelecimentos comerciais aceitarem pagamentos com cartões, por meio de *smartphones* ou *tablets*, através da utilização de uma aplicação gratuita acoplada a um leitor de cartões, convertendo assim o aparelho em um POS (terminal de aceitação de cartões de crédito/débito). O objetivo da parceria é permitir ao Banco atuar no mercado brasileiro de aceitação de pagamentos com cartão com foco direcionado para microcomércio e pessoas físicas, com uma solução inovadora, segura e agregada a uma oferta simples.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>PRESIDENTE</b> Celso Clemente Giacometti	<b>VICE-PRESIDENTE</b> Jesús Maria Zabalza Lotina	<b>CONSELHEIROS</b> Conrado Engel José Antônio Alvarez Alvarez José Manuel Tejon Borrajo José de Paiva Ferreira	<b>CONSELHEIROS INDEPENDENTES</b> Alvaro Antônio Cardoso de Souza (*) Márlia Artimonte Rocca Viviane Senna Lalli (*) Sujeito a aprovação do Bacen
--	--	---	---

## DIRETORIA EXECUTIVA

**DIRETOR PRESIDENTE**  
Jesús Maria Zabalza Lotina

## DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS SÊNIOR

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

## DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Carlos Alberto López Galán

## DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS

Carlos Rey de Vicente  
Ignacio Dominguez-Adame Bozzano  
João Guilherme de Andrade So Consiglio

Juan Sebastian Moreno Blanco  
Manoel Marcos Madureira  
Marco Antônio Martins de Araújo Filho

Oscar Rodriguez Herrero  
Pedro Carlos Araújo Coutinho

## DIRETORES EXECUTIVOS

Fernando Díaz Roldán  
José Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho  
Maria Eugénia Andrade Lopez Santos

## DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Amâncio Acúrcio Gouveia  
Ana Paula Nader Alfaya  
Antônio Pardo de Santayana Montes  
Carlos Alberto Seiji Nomoto  
Cássio Schmitt  
Cassius Schymura

Ede Ilson Viani  
Eduardo Müller Borges  
Flávio Tavares Valadão  
Gilberto Duarte de Abreu Filho  
Jamill Habibe Hannouche  
Javier Rodriguez De Colmenares Y Alvarez

Jean Pierre Dupui  
Luiz Felipe Taunay Ferreira  
Mara Regina Lima Alves Garcia  
Marcelo Zerbiniatti  
Márcio Aurélio de Nobrega  
Mário Adolfo Libert Westphalen

Mauro Siequeroli  
Miguel Angel Alber Ocerin  
Nilo Sérgio Silveira Carvalho  
Nilton Sérgio Silveira Carvalho  
Ramón Sanchez Diez  
Reginaldo Antônio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto  
Ronaldo Yassuyuki Morimoto  
Sérgio Antônio Borrielo  
Sérgio Gonçalves  
Thomas Gregor Ilg  
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

## CONTADOR

Flamínio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do Banco Santander (Brasil) S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual do Banco Santander (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o semestre findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de junho de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza  
Contador  
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Santander) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição líder do Conglomerado, e atua como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive, a sociedade de capitalização.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço [www.rf.santander.com.br](http://www.rf.santander.com.br), o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, e da efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. O Comitê de Auditoria recomenda a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias, interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.

O Comitê de Auditoria é composto de quatro membros independentes eleitos nas RCAs de 18 de março de 2014 e 27 de maio de 2014. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil).

O Comitê de Auditoria atua através de reuniões e conduz análises, a partir de leituras de documentos e informações que lhes são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entendem necessários. Reuniu-se, formalmente, em cinquenta e cinco ocasiões durante o primeiro semestre de 2014 e em julho de 2014, para a condução dos seus trabalhos. As atas das reuniões, com seus anexos, são enviadas para o Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria se reuniu com o Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2014 e em 30 de julho de 2014. Em função da Política para Transações com Partes Relacionadas, está avaliando, visando recomendação ao Conselho de Administração, documentos preliminares contendo os principais termos e negociações da operação de venda da totalidade das ações de emissão da CRV D.T.V.M. S.A., controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e da venda da unidade de custódia qualificada administrada pelo Banco Santander (Brasil) S.A., objeto de comunicação ao mercado através de Fato Relevante publicado em 19 de junho de 2014. Da mesma forma, está acompanhando a operação de Oferta Pública de Aquisição, através de permuta, lançada pelo acionista controlador indireto Banco Santander S.A. - Espanha, consistente em oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América, para aquisição da totalidade das ações do Banco Santander (Brasil) S.A. que não sejam de titularidade do Banco Santander S.A. - Espanha, com a entrega em pagamento de Brazilian Depository Receipts ou American Depository Shares, representativos de suas ações ordinárias, conforme comunicado ao mercado através de Fato Relevante divulgado em 29 de abril de 2014.

Adicionalmente, o Coordenador participa como membro eleito do Comitê de Riscos do Conselho de Administração e como ouvinte do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, do Comitê de Compliance e Controles Internos Management e do Comitê Executivo de Produtos. O Comitê de Auditoria toma conhecimento dos resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências. Durante o semestre manteve reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

No tocante às atribuições do Comitê de Auditoria:

### Demonstrações Financeiras

**BrGaap** - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedade de capitalização que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando-lhes a qualidade. Nesse sentido, tomou conhecimento do fechamento do primeiro semestre de 2014, previamente às divulgações, reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras.

**IFRS** - No exercício de suas funções, o Comitê de Auditoria também analisou as demonstrações financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS), para atendimento às regras aplicáveis às companhias registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) e cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

### Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu apresentações e manteve reuniões com a Diretoria Executiva de Riscos Operacionais e Diretoria Executiva de Capital e Controles Internos-SOX, principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infra estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. O Comitê de Auditoria verificou as denúncias de fraudes e erros, canalizadas na área de Riscos Operacionais. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN), Lei Sarbanes Oxley-SOX e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), esta última em razão da Santander Capitalização S.A., relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos, direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

### Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável e outros representantes da Auditoria Interna em quatro ocasiões durante o primeiro semestre de 2014 e em julho de 2014. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho para 2014, verificou os trabalhos executados, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como "insuficientes" ou que "necessitam melhorar". Realizou a avaliação de desempenho da Auditoria Interna, cujo resultado é discutido com seu Diretor responsável em reunião específica.

### Auditoria Independente

Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento, execução da auditoria e emissão do relatório de auditoria ou revisões especiais trimestrais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado. Como resultado dos seus trabalhos, a auditoria independente emite também o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares na forma da Circular Bacen 3.467/09 e Lei Sarbanes Oxley-SOX. Com relação aos trabalhos da empresa de auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), o Comitê de Auditoria reuniu-se com ela, formalmente, em nove ocasiões no primeiro semestre de 2014 e em julho de 2014. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2014, práticas contábeis, eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria analisou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da proposta técnica da Deloitte para realização de trabalhos relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras de 2014. Da mesma forma, o Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela Deloitte para realização de outros serviços, para verificação quanto à inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. Reuniu-se, ainda, com o sócio da Deloitte para apresentar o resultado da avaliação de desempenho da Auditoria Independente realizada pelo Comitê de Auditoria, conforme regulamentação em vigor.

### Ouidoria

Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010, que dispõe sobre as Ouvidorias para as instituições financeiras, os trabalhos executados no primeiro semestre de 2014 foram apresentados e discutidos pelo Comitê de Auditoria. O relatório a ser encaminhado ao Banco Central do Brasil será apreciado em reunião agendada para agosto de 2014.

### Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversos setores do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se o seguinte: (i) com a Diretoria de Riscos Operacionais sobre os processos de segurança nos canais de atendimento; (ii) com a Diretoria de Operações e Serviços para conhecimento do processo de atualização e aprimoramento da qualidade do cadastro;

(iii) com a Diretoria do Jurídico Contencioso visando uma atualização da evolução e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e adequado tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios; (iv) com a Diretoria de Compliance, sobre o Código de Conduta e controle das transações com partes relacionadas, aspectos de prevenção à lavagem de dinheiro e Lei Anticorrupção; (v) com a Diretoria de Finanças, com foco no processo de implantação dos requerimentos de Basileia. Relações com Investidores, processos de gestão de risco de liquidez, juros, câmbio e capital, e, (vi) com a Diretoria Executiva de Risco de Crédito e Solvência, visando a atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos e palestras sobre atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

### Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados, levando em conta o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são adequados e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.

Comitê de Auditoria  
São Paulo, 30 de julho de 2014  
Celso Clemente Giacometti  
Elidie Palma Bifano  
Graham Charles Nye - Especialista Financeiro  
René Luiz Grande - Coordenador